

# editorial

A conservação e reabilitação de estruturas desperta actualmente um grande interesse a nível internacional. Também em Portugal se sente uma crescente necessidade de adequar as construções existentes às novas exigências impostas pela sociedade, e cresce o reconhecimento da importância social, económica, cultural e ambiental da salvaguarda do património edificado existente.

No entanto, e ao contrário da maioria dos países europeus, onde os gastos com a conservação e reabilitação das construções superam largamente os custos com novas obras, em Portugal as despesas com estas actividades tardam ainda em apresentar uma expressão equivalente.

Este relativo atraso do nosso País, em relação aos seus congéneres europeus, torna-se ainda menos compreensível face à perigosidade sísmica que afecta largas áreas do nosso território, e, em particular, a extensa área metropolitana de Lisboa. De facto, os sismos constituem um dos desastres naturais que maior impacto podem ter nas sociedades, não só pela perda de vidas humanas que originam, mas também pelas suas terríveis consequências a nível económico e social.

Assim, em Portugal, face a um sismo intenso, não só se deve temer a ocorrência de elevados danos no parque habitacional, principal património de grande número das famílias portuguesas, como também se deve recear a destruição total ou, pelo menos, parcial de elevado número de escolas, hospitais, edifícios públicos, instalações fabris, etc., com o conseqüente risco de elevadas perdas em vidas humanas e de enorme desorganização e acentuado empobrecimento de parte significativa da sociedade portuguesa.

Trata-se, portanto, de um risco potencial elevado, para o qual não existe uma adequada percepção política e social, em resultado da baixa ocorrência histórica de sismos de grande intensidade, temporalmente afastados entre si, por vezes, mais de 250 anos. Mas a verdade é a de que o País pode, efectivamente, voltar a ser atingido por sismos de grande magnitude e enorme capacidade de destruição. Urge então avaliar a vulnerabilidade de grande parte das construções existentes nas áreas de maior sismicidade, em particular as projectadas e construídas antes de 1970, e realizar, sempre que necessário, o seu adequado reforço estrutural.

É também neste contexto que a Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e as Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos estão a organizar um grande evento técnico e científico denominado **reabilitar2010 - Encontro Nacional sobre Conservação e Reabilitação de Estruturas**, que terá lugar no LNEC entre 23 e 25 de Junho de 2010 (<http://reabilitar2010.lnec.pt>). Procura-se, assim, com a realização deste evento, que não se restringe apenas à reabilitação sísmica das construções (ver pág. 68 deste número da **rpee**), abordar e debater as principais problemáticas relativas às actividades de conservação e reabilitação de estruturas, e contribuir para o seu desenvolvimento em Portugal. Realça-se que a anteceder o Encontro terá lugar um curso avançado, de um dia, dedicado à reabilitação sísmica de edifícios.

Com a publicação deste número 6 completam-se os primeiros três anos da Série II da **rpee**, pelo que aproveitamos esta oportunidade para agradecer a excelente colaboração dos Revisores dos artigos recebidos para publicação neste período. Apesar de podermos contar com um painel relativamente alargado de Revisores, foi no entanto necessário em vários casos, por razões de maior especificidade científica e técnica, recorrer ao apoio de outros Revisores, cuja colaboração, igualmente excelente, também aqui muito agradecemos. A indicação destes outros Revisores é feita no verso desta página editorial.

João Almeida Fernandes



Director da **rpee**